

Antônio Veloso Peleja Júnior

MINIRREFORMA ELEITORAL

**De Acordo com Novo Calendário
Eleitoral – EC 107/2020**

**Leis 13.831/2019 (Altera trechos da Lei dos Partidos
Políticos); 13.877/2019 (Fundo Partidário e Fundo
Especial de Financiamento de Campanha – FEFC) e
13.788/2019 (Autofinanciamento de Campanha)**

Curitiba
Juruá Editora
2020

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	13
1 ALTERAÇÕES NORMATIVAS ELEITORAIS – EMENDA CONSTITUCIONAL 107/2020 E LEIS 13.487 E 13.488/2017	15
1.1 EMENDA CONSTITUCIONAL 107/2020: NOVO CALENDÁRIO ELEITORAL	16
2 ALTERAÇÕES ELEITORAIS – LEI 9.504/1997 PELA LEI 13.877/2019	21
2.1 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADE: DISPOSITIVOS VETADOS.....	21
2.2 DA COMPOSIÇÃO DO FEFC – FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA.....	22
2.3 ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO FEFC E A RENÚNCIA A ESSE DIREITO.....	23
2.4 DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FEFC: A MIGRAÇÃO DE PARLAMENTARES DA LEGENDA E SEUS REFLEXOS.....	24
2.5 HONORÁRIOS DE ADVOGADOS E CONTADORES E O LIMITE DE GASTOS NA CAMPANHA.....	26
2.6 PAGAMENTO EFETUADO EM DECORRÊNCIA DE HONORÁRIOS E A SUA DESCONSIDERAÇÃO PARA AFERIÇÃO DO LIMITE DE GASTOS.....	28
2.7 HONORÁRIOS E A EXCLUSÃO DO LIMITE DE GASTOS.....	28
2.8 DOAÇÕES E HONORÁRIOS	29
2.9 O FIM DAS DOAÇÕES OCULTAS.....	32
2.10 EXCLUSÃO DO ÂMBITO DA CLT DE ATIVIDADES DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO NOS ÓRGÃOS, INSTITUTOS E FUNDAÇÕES DOS PARTIDOS	32
2.11 ALTERAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FEFC.....	33

3	ALTERAÇÕES ELEITORAIS: LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS (LEI 9.096/1997) PELA LEI 13.877/2019.....	35
3.1	FACILITAÇÃO DO REGISTRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS	35
3.2	DA DESBUROCRATIZAÇÃO DOS TRÂMITES ACERCA DA LISTA DE FILIADOS AO PARTIDO.....	36
3.3	DA DESBUROCRATIZAÇÃO EM CASO DE FUSÃO	38
3.4	DA MUDANÇA DE DATA PARA A REMESSA DO BALANÇO CONTÁBIL DO EXERCÍCIO FINDO	38
3.5	FACILITAÇÃO DO TRÂMITE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	39
3.6	DESAPROVAÇÃO DE CONTAS E PENALIDADES: MODIFICAÇÕES MALEÁVEIS.....	40
3.7	INSTRUMENTOS FACILITADORES DE DOAÇÕES	43
3.8	APLICAÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO: GARANTIR DA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA, AQUISIÇÃO/LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, IMPULSIONAMENTOS E ASSESSORIA	45
3.9	AS ATIVIDADES DE DIREÇÃO EXERCIDAS NOS ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS E A NÃO-CONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO TRABALHISTA	46
3.10	PROPAGANDA PARTIDÁRIA E VETOS. A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DOS PARTIDOS.....	47
3.11	AUTONOMIA PARTIDÁRIA E VIGÊNCIA DOS ÓRGÃOS PROVISÓRIOS.....	52
3.12	PRESTAÇÃO DE CONTAS E ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS MUNICIPAIS.....	57
3.13	RESPONSABILIDADE DOS DIRIGENTES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	61
3.14	ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA E CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	62
3.15	DA NÃO APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA A AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA	63
3.16	RCED: DO EQUIVOCADO REDIMENSIONAMENTO DA INELEGIBILIDADE SUPERVENIENTE.....	66
3.17	APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NOVAS REGRAS EM SEDE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS	71
4	ALTERAÇÕES ELEITORAIS: LEI DAS ELEIÇÕES (LEI 9.504/1997) PELA LEI 13.878/2019.....	73
4.1	LIMITES DE GASTOS DOS CANDIDATOS NAS CAMPANHAS DE PREFEITO E VEREADOR	73
4.2	A RESTRIÇÃO AO AUTOFINANCIAMENTO	74

5	ALTERAÇÕES PROCEDIDAS NO CÓDIGO ELEITORAL PELA LEI 13.834/2109	75
6	ALGUNS ASPECTOS DO PACOTE ANTICRIME NA SEARA ELEITORAL	79
6.1	APLICAÇÃO DAS NORMAS DO PACOTE ANTICRIME NA SEARA ELEITORAL.....	79
6.2	CRIMINALIZAÇÃO DO “CAIXA DOIS”?	79
6.3	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NOS CRIMES ELEITORAIS....	82
	REFERÊNCIAS.....	87
	ÍNDICE REMISSIVO	91